Apelo da EAPN Portugal

Eleições Autárquicas 2025: A urgência de um compromisso Político Local contra a Pobreza e a Exclusão Social!

A Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal (EAPN Portugal) defende que a erradicação da pobreza e da exclusão social nas sociedades contemporâneas exige um **combate persistente,** articulado com a **defesa dos direitos humanos** e com a promoção do desenvolvimento integral do ser humano.

Nesta perspetiva, o combate à pobreza e à exclusão social deve ser encarado como **um desafio coletivo e de cidadania,** que requer **intervenções territorializadas**, promotoras da coesão social e territorial. É precisamente no domínio local e social que se encontram os maiores desafios, mas também as oportunidades para **criar alternativas que assegurem a equidade, a justiça** e uma relação equilibrada entre o local e o global.

O território assume-se, assim, como uma variável decisiva para o desenvolvimento económico e social. No atual contexto de grande incerteza nacional e internacional — marcado por **crises políticas, conflitos armados e instabilidade económica global** — as **Eleições Autárquicas de 2025** em Portugal assumem um papel absolutamente vital.

A nível nacional, **mais de 1,7 milhões de pessoas vivem com menos de 632€ por mês**, e **2 em cada 5 portugueses enfrentam pobreza ou exclusão social**. As **diferenças regionais são significativas**, não apenas quanto à gravidade do fenómeno, mas também na **capacidade de resposta dos territórios.**

Combater a pobreza nas grandes áreas metropolitanas exige estratégias muito diferentes daquelas necessárias em territórios de baixa densidade populacional e envelhecidos. De igual modo, a pobreza, a exclusão social e o tecido socioinstitucional assumem formas e dinâmicas muito distintas em todo o território nacional, que não se esgotam nas divisões tradicionais entre meio rural e urbano, ou entre litoral e interior**.**

Este cenário evidencia, por si só, a **urgência da participação ativa de todos os cidadãos e cidadãs** nas próximas eleições autárquicas. O poder local tem um papel determinante na construção de comunidades mais justas, inclusivas e resilientes**.** As **Autarquias** — câmaras municipais e juntas de freguesia — desempenham um papel fundamental no combate à pobreza e à exclusão social, pela sua proximidade às populações e pelo conhecimento direto das realidades locais**.**

O processo de **descentralização de competências** que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos últimos anos conferiu ao poder local uma relevância acrescida em áreas essenciais à vida das pessoas. No entanto, sabemos que, nas dimensões mais específicas da luta contra a pobreza e a exclusão social, ainda há um caminho importante a percorrer — e esse caminho começa a nível local, com base em **processos colaborativos e responsabilidade partilhada**.

Os **desafios atuais** que precisam de ser enfrentados são muitos e têm impacto no agravamento das situações de pobreza e exclusão social. Desde logo:

- As **significativas desigualdades territoriais** que colocam o país a diferentes velocidades e acentuam as diferenças entre as zonas rurais e as zonas urbanas;
- O desafio da **falta de Habitação** e de acesso à Habitação por parte dos cidadãos mais vulneráveis e que acentuam situações de sem-abrigo;
- O **agravamento do custo de vida** que tem efeitos no acentuar da pobreza energética e da insegurança alimentar;
- O **insuficiente acesso aos serviços essenciais**, nos quais incluímos também a cultura e o lazer;
- Uma **deficiente rede de transportes públicos** que tem impacto também no acesso ao mercado de trabalho;
- A **desertificação**;
- A **inclusão de novos grupos**, como os migrantes;
- O **acentuar do racismo e de discurso de ódio**.

A EAPN Portugal apresenta **propostas de ação para o Poder Local**, essenciais nos programas eleitorais e na melhoria concreta das condições de vida das pessoas.

1 - Compromisso com a Erradicação da Pobreza

É fundamental que as autarquias definam **Estratégias Locais de Combate à Pobreza**, devidamente articuladas com a Estratégia Nacional promovida pelo Governo central, bem como com outras estratégias sectoriais relevantes, como as da Igualdade, Sem-Abrigo, Garantia para a Infância, entre outras. Esta coordenação é essencial para garantir respostas abrangentes, eficazes e coerentes no combate à exclusão social.

As Estratégias Locais devem assentar em **ações e metas concretas**, orientadas para a **resolução das causas estruturais da pobreza**. A sua elaboração e monitorização devem ser feitas de forma **participativa**, envolvendo todos os atores relevantes — com especial

destaque para as **entidades da sociedade civil** e para as **próprias pessoas em situação de vulnerabilidade**, assegurando assim um processo verdadeiramente inclusivo e representativo.

2 - Valorização da articulação intermunicipal

A **lógica do trabalho em rede deverá ser incorporada na intervenção local, através das Comunidades Intermunicipais**. Estas estruturas congregam não só conhecimento muito próximo do território local, mas também uma dimensão regional que permite uma estratégia de combate à pobreza mais ambiciosa e uma melhor gestão e partilha de recursos. É fundamental **promover projetos e iniciativas intermunicipais**, rentabilizando os recursos existentes e canalizando esses mesmos recursos para os territórios ou públicos que têm maiores necessidades.

É igualmente importante **replicar as boas práticas** que existem espalhadas pelo território nacional de intervenção com públicos específicos (ex: idosos, crianças), como é o caso das Cidades Amigas das Crianças, os Núcleos Locais da Garantia para a Infância, e as Cidades Amigas das Pessoas Idosas, entre outras.

3 - Reforço dos recursos e eficácia na sua implementação

É fundamental que **as autarquias utilizem o atual período de programação dos Fundos Estruturais e o PRR para alocar recursos para combater a exclusão social**. O Programa Escolhas, os CLDS e outros programas que são territorializados devem atuar em rede e assumir metas que convergem para os Planos de Desenvolvimento Social.

É importante garantir o reforço do pelouro da intervenção e ação social, contribuindo para o alargamento das equipas técnicas locais e melhorar as formas de diagnóstico através da criação de **Observatórios Locais de Combate à Pobreza**.

4 - Promover a Governação Participativa

A participação ativa da comunidade na formulação e implementação de políticas públicas deve ser promovida, criando um ambiente de colaboração e responsabilidade partilhada. Neste sentido, há que investir na **transparência e participação cidadã, com orçamentos participativos e conselhos locais de inclusão social**. Estes Conselhos permitiriam assumir um compromisso sério com os munícipes no sentido de auscultar as suas propostas e potenciar a criação de mecanismos de governação participativos que envolvam as populações nas decisões que dizem respeito aos territórios onde residem.

5 - Valorizar o Trabalho em Rede e a gestão pró-ativa do território

O **Programa Rede Social** apresenta um património de experiência consolidado de várias décadas, único no contexto europeu, que coloca Portugal num patamar privilegiado na resposta aos desafios contemporâneos do futuro da política de coesão territorial (inovação social, integração territorial de políticas, governança colaborativa, governança multinível, entre outros).

Contudo, persistem desafios aos quais a Rede Social terá que responder através de um upgrade e capacitação do seu sistema de práticas. Referimo-nos, por exemplo, ao estímulo à participação e à orientação para os cidadãos, às novas formas de responder aos problemas dos territórios, assim como a incorporação das funções de monitorização estratégica e avaliação das intervenções.

6 - Valorizar o trabalho das Instituições Particulares de Solidariedade Social

É fundamental reconhecer o papel das instituições locais de solidariedade social, através da sua cooperação, respeitando, como é óbvio a sua autonomia. A ação social exige, acima de tudo, o **estabelecimento de uma relação de confiança com as pessoas em situação de vulnerabilidade** — uma relação que se constrói e fortalece ao longo do tempo. Implica a definição de **respostas ajustadas às necessidades específicas de cada família**, construídas de forma **participada e negociada**, respeitando os percursos, dinâmicas e contextos de vida. Este trabalho requer um **esforço constante de inovação** e de **renovação das equipas e das respostas**, bem como um forte compromisso com o trabalho em rede e a cooperação entre instituições do território**.** Exige ainda a capacidade de criar pontes com atores de diferentes áreas da sociedade, promovendo soluções integradas**,** sustentáveis e centradas nas pessoas.

7 - Responder de forma eficaz aos desafios sociais prementes e transversais

- **Promover a Habitação digna para todos**, com reforço da habitação social, apoio ao arrendamento acessível e apoio a famílias em risco de despejo e sem-abrigo.
- **Desenvolver Centros de apoio comunitário** com serviços integrados de saúde mental, apoio alimentar e orientação social.
- **Promover a Educação e formação inclusiva**, com programas de capacitação para jovens e adultos em situação de vulnerabilidade.
- **Apoiar as comunidades marginalizadas**, como as comunidades ciganas, migrantes e pessoas em situação de sem-abrigo.
- Desenvolver **programas de incentivo à natalidade**, sobretudo em concelhos mais envelhecidos, contrariando a tendência nacional
- **Priorizar a sustentabilidade ambiental** promovendo práticas ecológicas e incentivando o uso de energias renováveis e o uso de materiais sustentáveis na construção de novas habitações.
- **Reconhecer o papel vital das redes de transporte público eficazes e acessíveis**. Investir em transporte coletivo de baixa emissão de carbono não só reduz os impactos ambientais, mas também melhora a mobilidade e a inclusão social.

A luta contra a pobreza **não é apenas uma responsabilidade do Estado central**. É nas freguesias, nos bairros, nas escolas e nos centros de saúde que se constroem soluções reais.

Precisamos de **autarcas comprometidos com a dignidade humana**, com políticas públicas que coloquem o bem comum acima de interesses partidários.

A pobreza em Portugal não se resume a uma questão de rendimento: está profundamente ligada ao **acesso a serviços essenciais**, a uma **habitação condigna**, a uma **alimentação adequada** e à **efetiva inclusão social**. Neste contexto, as **autarquias** desempenham um **papel crucial** na resposta a estas necessidades, através da **implementação de políticas locais integradas, participativas e sustentadas**.

Contudo, **o combate à pobreza não pode estar limitado a ciclos políticos de quatro anos**. Trata-se de um desafio estrutural que exige **visão de futuro, compromisso continuado e estratégias articuladas de médio e longo prazo**. Só com **planeamento consistente, participação ativa das comunidades e articulação entre os diferentes níveis de governação** será possível promover transformações duradouras e garantir **maior justiça social e coesão territorial**.

EAPN Portugal
Porto, junho 2025